

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.448 - SC (2018/0305328-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JOÃO FRANCISCO RONCATTO (PRESO)
ADVOGADO : NOELI BERTÉ E OUTRO(S) - SC027705
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em benefício de JOÃO FRANCISCO RONCATTO contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que denegou a ordem no julgamento do HC n. 4025705-75.2018.8.24.0900, assim ementado (e-STJ fls. 108/118):

HABEAS CORPUS, TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006). NEGATIVA DA PRÁTICA DO ILÍCITO E CONDIÇÃO DE USUÁRIO. INCURSÃO NO CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO INVIÁVEL NA VIA ESTREITA DO WRIT. NÃO CONHECIMENTO NO PONTO. AUSÊNCIA DE PERICULOSIDADE E CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA PARA A PRISÃO CAUTELAR. DECISÃO LASTREADA NA GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA PERPETRADA. PRISÃO EFETUADA APÓS A ABORDAGEM DE VÁRIOS USUÁRIOS QUE INDICARAM O PACIENTE COMO FORNECEDOR DO ENTORPECENTE. APREENSÃO DE MACONHA PORCIONADA, DE APETRECHOS PARA FRACIONAMENTO DA DROGA, DINHEIRO, CELULARES E UMA ARMA DE PRESSÃO MODIFICADA. MEDIDA ASSECURATÓRIA QUE NÃO SE CONFUNDE COM ANTECIPAÇÃO DE PENA. PRIMARIEDADE TÉCNICA, RESIDÊNCIA FIXA, OCUPAÇÃO LÍCITA. BONS PREDICADOS PESSOAIS QUE NÃO IMPEDEM A MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM CONHECIDA EM PARTE E DENEGADA.

O recorrente foi preso em flagrante, em 21/9/2018, e convertida a custódia em preventiva (e-STJ fls. 63/72), pela suposta infringência ao artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada com a prisão cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem. A ordem, como antes relatado, foi denegada, nos termos do acórdão e-STJ fls. 108/118. Esta é a decisão recorrida.

Nas razões do presente recurso (e-STJ fls. 123/137), a defesa nega a autoria do delito e suscita a nulidade das decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva do recorrente, por fundamentação inidônea (gravidade abstrata do delito), sem apontar dados concretos que justificassem a necessidade da medida extrema, tampouco levar em conta suas condições pessoais favoráveis, tais como primariedade e residência fixa. Afirmar que a droga encontrada com o paciente era para consumo próprio.

Aduz que inexistente periculosidade presumida em relação ao delito de tráfico de drogas e sustenta haver constrangimento ilegal na manutenção da custódia cautelar, tendo em vista a ausência dos pressupostos legais autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Afirmar ainda que a prisão cautelar é desproporcional ao caso concreto, tendo em vista a possibilidade de fixação de medidas cautelares alternativas à prisão.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão de liberdade provisória ao recorrente, ou a imposição de medidas cautelares diversas, garantindo-se a liberdade ao recorrente até ulteriores termos do processo crime.

Indeferido o pedido liminar (e-STJ fls. 151/154) e prestadas as informações (e-STJ fls. 160/162 e 166/208), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ fl. 210).

Consulta realizada à Secretaria Judiciária da Vara Criminal de Tribunal de Justiça local revela que o paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, no regime semiaberto e, considerando-se a detração, foi estabelecido o regime aberto para o cumprimento da pena, bem como **revogada** a sua prisão preventiva.

É o relatório. **Decido.**

O seguimento do presente recurso ordinário em *habeas corpus* está prejudicado pela perda superveniente do objeto, uma vez que já foi **expedido alvará de soltura em benefício do paciente**: houve prolação de sentença, com a fixação do regime aberto e a revogação da prisão preventiva do paciente.

Nesse sentido:

[...] *A questão do relaxamento da custódia encontra-se prejudicada, na medida em que informações retiradas do sítio eletrônico do Tribunal a quo noticiam, no processo de origem, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente. [...]* (HC 298.874/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 06/05/2015. g.n.).

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Intime-se. Publique-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator